

COOPERAÇÃO SUL-SUL: CRÍTICA AO DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO DOS PALOP

WANGO, Loias Sara Bernardo
loiassara19@outlook.com

Resumo

O desenvolvimento é como duas faces da mesma moeda, ele pode ser entendido ou implementado de formas distintas. O discurso de desenvolvimento que tem sido propagado nos países do PALOP e no continente africano em geral se tornou uma arma muito poderosa, programada para disparar nos momentos certos, tem objetivos supostamente benéfico para todas sociedades. O presente artigo trouxe um debate crítico sobre o modelo de desenvolvimento que é levado aos países africano, especificamente os de língua portuguesa. Procura-se assim entender o tipo de desenvolvimento que é implementado nesses países e para quem serve esse desenvolvimento, que se apresenta mais para interesses da elite.

Palavras-chaves: Desenvolvimento, África, PALOP

Abstract

Development is like two sides of the same coin, it can be understood or implemented in different ways. The development discourse that has been propagated in the countries of the PALOP and in the African continent in general has become a very powerful weapon, programmed to shoot at the right moments, has objectives supposedly beneficial to all societies. This article has brought a critical debate on the model of development that is brought to the African countries, specifically those of Portuguese language. It seeks to understand the type of development that is implemented in these countries and for whom this development serves, which is more for the interests of the elite.

Key words: Development, Africa, PALOP

Introdução

Modernização, evolução, desenvolvimento. Nestas palavras expostas podemos acrescentar outras, como ocidentalização e progresso. Todas elas têm um fator comum de serem usadas para expressar o movimento em que a humanidade tem vivido. A ideia de desenvolvimento é recente, como salienta Gómez (2002), ela apareceu como estratégia de reprodução apenas nos últimos cinquenta anos, se tratando de uma categoria que não sustenta profundo conteúdo histórico. O desenvolvimento dos últimos anos que ocorreu no continente africano, teve um sucesso limitado, a limitação desse sucesso deu-se em decorrência dos projetos que eram implementados nesses países, que não correspondia com a realidade da sociedade.

O discurso do desenvolvimento que foi pregado pelo ocidente, parecia ter um objetivo benéfico e um fim almejado por todas as sociedades. Mas, em que consiste o desenvolvimento de que tanto se fala? Quem realmente é o beneficiário desse desenvolvimento? O presente artigo vai se debruçar em um debate crítico sobre o modelo de desenvolvimento que é levado aos países africanos, especificamente os de língua portuguesa, para situar o debate sobre o desenvolvimento.

Pretende-se, primeiramente, apresentar uma contextualização da cooperação sul-sul. Mostraremos também que não existe uma única forma de compreender o desenvolvimento, pois ele deve atender aos interesses de todas as sociedades de maneira igualitária. O desenvolvimento é o ato ou efeito de se desenvolver, crescer, progredir. CARRION & ULLRICH (2013) afirmam que, na era colonial o termo desenvolvimento estava ligado a concepção darwiniana de progresso e evolução. As mesmas continuam dizendo que, durante a Segunda Guerra Mundial cabiam aos colonizadores promover o desenvolvimento das colônias. Sendo assim, o projeto de promoção do desenvolvimento era levado como missão civilizadora e tinham como objetivo retirar os “bárbaros” da miséria em que se encontravam.

O discurso que dividiu as sociedades e ditou um modelo único ao que chamamos de desenvolvimento foi proclamado pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, que hierarquizou as nações como “desenvolvidas” e “subdesenvolvidas”, dando-se a largada na corrida dos Estados e nações em prol do desenvolvimento. “Os Estados Unidos assumiram a tarefa de promover o progresso industrial em outros países, melhorando o padrão de vida de suas populações, na tentativa de promover o desenvolvimento como uma forma de assegurar a paz” (GÓMEZ, 2002 p. 02). E desde essa época os países que estão buscando esse desenvolvimento nunca mais foram o mesmo. Abriram mão de suas culturas e costumes para serem considerados

desenvolvidos, e como consequências alcançaram um desenvolvimento precário, limitado, que deixou muitas dessas sociedades estagnadas.

A Cooperação Sul-Sul: da subordinação ao desafio

A Cooperação Sul-Sul surge no auge da Guerra Fria, em decorrência do cenário de disputa entre Centro e Periferia, diante desses conflitos o conceito político Sul-Sul ganhou espaço e foi debatido na Conferência realizada em Bandung na Indonésia 1955 entre a África e Ásia, essa conferência reuniu os países “subdesenvolvidos” com o objetivo de apresentar aos países considerados “desenvolvidos” problemas concernentes ao desenvolvimento.

A expressão Sul global surgiu no fim da Guerra Fria como uma simbologia para diferenciar os 150 países em desenvolvimento, o termo tem substituído a expressão terceiro mundo, no qual foram designados vários países em fase de desenvolvimento. Esse espaço também foi interpretado como um lugar de “resistência híbrida” sem depender do Norte (PINO, 2014)

Após a Conferência de Belgrado em 1961 formou-se o Movimento dos Não Alinhados, que tem como objetivo a reforma no sistema econômico internacional, que teve seu clímax na UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento), realizada em 1964 e teve como desfecho a formação do G77.

Desde o século XXI vem ocorrendo uma dinamização na cooperação entre os países em desenvolvimento, portanto a CSS não é novidade neste campo. Vale lembrar que, enquanto alguns países que hoje são membros da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) estavam vetados de receber a ODA (ajuda oficial do desenvolvimento), outros países como o Brasil, Índia, Cuba e China já possuíam programas de cooperação técnica e instituições de intercâmbios com as nações vizinhas.

Para compreender a lógica da cooperação sul-sul, precisa-se entender como se deu o surgimento do processo da consciência do Sul e sua intervenção nas relações internacionais na metade do século XX. A consciência do Sul teve os seus primeiros aparecimentos na guerra entre a Indochina e a Coreia, mas principalmente a ligação entre a China e a Índia em 1954 foi o que marcou a história da cooperação Sul-Sul.

Pino (2014), relata que essa aproximação entre os dois países resultou na Conferência de Bandung, com isso as relações entre as sociedades do Sul passaram a ser

vista como objeto que deve proporcionar o diálogo político entre os países em desenvolvimento. Essa conferência reuniu 29 países africanos e asiáticos, juntamente com trinta movimentos de liberação nacional, os líderes das nações presente, enumeraram princípios que guiassem a Cooperação Sul-Sul, princípios que poderiam influenciar a política do mundo em desenvolvimento. O mesmo continua dizendo que, essa conferência foi o guia que orientou a CSS no que concernem as suas ideias, pois esse influenciou as elites desses países para superar as diferenças e seguir avante na cooperação.

Para Santos (2017), os países que saíram da conferência, enxergavam a CSS como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento hegemônico, que estava ligado a uma relação de desigualdade com o Sul. Sendo assim a CSS mudaria o cenário de dependência e exploração que era sustentada na CNS.

As relações sul-sul passaram para a prática, com novas propostas de cooperação técnica e econômica. O que foi acordado em Bandung ultrapassou o contexto africano e asiático, superando as expectativas, tendo vindo a participar das denúncias contra a clivagem Norte/Sul os países da América Latina.

Outro acontecimento que se pode assim dizer importante na história da CSS foi a III Conferência do MNA (Movimento dos Países não Alinhados) na cidade de Lusaka em setembro de 1970, durante o evento foi adotado o conceito de *autossuficiência coletiva* (*collective self-reliance*), que tinha como objetivo o reconhecimento dos países do Sul como auto-suficientes e independentes do “favor” dos países ricos.

“Na IV Conferência dos MNOAL, em Argel, em setembro de 1973, os chefes de Estado e governo dos países não alinhados solicitaram ao secretário-geral da ONU, por intermédio do presidente argelino Bumedian, a convocatória de sessão extraordinária da Assembléia Geral da ONU para refletir sobre “os problemas que fazem referência às matérias-primas e ao desenvolvimento”. Apenas um mês depois, eclodiu a “crise do petróleo”, que contribuiu para radicalizar as posturas e acelerou a adoção, em 1º de maio de 1974, da “Declaração relativa à instauração da Nova Ordem Econômica Internacional”, que foi acompanhada pelo Programa de Ação. Tudo indicava que o começo dos anos 1960 marcava “o final da hegemonia ocidental sobre os países do Sul” (RIST, 2002, p.168-169. Apud PINO, 2014, p. 64).

É necessário ressaltar que, além da fundação do MNOAL como manifestação da emergência do Sul, outras iniciativas também devem ser citadas como, a OSPAAAL(Organização de Solidariedade com os Povos da América Latina, África e

Ásia), que é uma organização de caráter inter-regional criada em 1966 no Havana com o objetivo de enfrentar a dominação capitalista e ser espaço de convergência dos movimentos revolucionários.

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento apresenta-se na contemporaneidade muito mais difícil e de muitas facetas que levou o agrupamento dos atores do Pós-Guerra tornar-se menos apropriado. A falta de uma definição clara dos novos atores da CID (Cooperação Internacional para o Desenvolvimento) tem gerado confusão entre os países de renda média, economias emergentes, países intermediários, sociedade civil global, doadores emergentes, atores não estatais, atores privados, terceiro sector, BRICS, e G-20.¹

Essa nova realidade entre os doadores e beneficiários resultou em desafios para o estudo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, o termo *assistência* que é usado nos países desenvolvidos, passa a ser usado pelos países do Sul no lugar da *cooperação*. Diferente da *assistência*, a *cooperação* significa ganhos para as duas partes envolvidas, controle e participação ajudando a ideologia política de diferenciar o que acontece nas relações Sul-Sul, daquele verificado na Norte-Sul (SOUZA, 2014).

Contudo, enquanto que a Cooperação Sul-Sul está sendo baseada nos princípios de ganhos mútuos, a Cooperação Norte-Sul é baseada pelo princípio filosófico da filantropia (SOUZA, 2014). Segundo a ECOSOC (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas) a Cooperação Sul-Sul é representada por uma transferência de recursos do país que oferece programas de cooperação para as economias dos seus parceiros. Paralelamente, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) vai entender essa cooperação como um sistema amplo de colaboração entre os países do sul. A ECOSOC ainda afirma que:

“À CSS é definida para incluir doações e empréstimos concessionais (incluindo créditos às exportações) proporcionados por um país do sul a outro para financiar projetos, programas, cooperação técnica, alívios de dívida e assistência humanitária, e suas contribuições a instituições

¹ O BRICS que é uma sigla em inglês, é uma Associação inter-regional composto por cinco países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Mais informação acessar: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/.../Os_Brics_Oportunidades_e_Desafios.pdf.

O G20 é um grupo constituído por ministros da economia e residentes de bancos centrais dos 19 países com a economia mais desenvolvida do mundo, mais a União Europeia. Mais informação acessar: www.revista.ufal.br/.../TRAJETÓRIA%20DO%20G20%20E%20A%20REGULAÇÃO.

multilaterais e bancos regionais de desenvolvimento” (ECOSOC, 2009, p. 11-12. Apud SOUZA, 2014, p. 13).

A dificuldade em entender a CID advém da complexidade e transformações no conceito desenvolvimento. Como consequência, o desenvolvimento deixou de ser avaliado com base no PIB (Produto Interno Bruto), e deu lugar a novas exigências como: o bem-estar social, a qualidade de vida, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que inclui a escolaridade, saúde e expectativas de vida durante o nascimento.

Os discursos sobre o desenvolvimento foram retomados no contexto dos resultados sócias (crises mundiais, especulação financeiras, desempregos...) do processo de globalização e do contratempo que surgiram dela. Para Milani (2012), o desenvolvimento e o progresso prometidos nos discursos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento foram limitados, perversos e excludentes, e isto é evidente diante do aumento das desigualdades social e econômica, e a exclusão social no plano mundial.

“Das diversas abordagens contemporâneas da crise do desenvolvimento, quatro se destacam. A primeira interpretação da crise do desenvolvimento emana daqueles que a associam ao modo capitalista de produção e à sua lógica de acumulação. Portanto, sua superação passa, necessariamente, pela superação desse modo de produzir, distribuir e se apropriar tanto dos resultados da produção quanto do próprio espaço social” (MILANI, 2012, p. 11).

Ou seja, esse tipo de desenvolvimento baseava-se na exploração da classe trabalhadora, que reproduz e nunca se beneficia dos lucros que resulta na acumulação de bens. Para combater essa acumulação e apropriação dos resultados, devemos quebrar com o que o autor vai associar como a segunda abordagem, o eurocentrismo e o etnocentrismo como modo de desenvolvimento.

É precisamente esse eurocentrismo e etnocentrismo que ditam as regras do progresso e da civilização, sem levar em conta as diferentes realidades sociais. Sendo assim o desenvolvimento jamais será universal, como mostra a terceira abordagem, pois ele beneficia os interesses da elite, desfavorecendo sempre os que mais necessitam. Assim como a quarta abordagem, devemos nos posicionar contra a hegemonia e assumir os novos desafios dos valores universais.

O desenvolvimento entendido por Carrion e Ullrich (2013), é um processo de estágios pelo qual os países “subdesenvolvidos” terão que passar segundo as regras dos países “desenvolvidos”. Com isso o desenvolvimento só aconteceria com observação de regras e estágios específicos.

Pesquisadores e intelectuais fizeram também críticas através sobre outras perspectivas, a realidade do jogo interno na cooperação para o desenvolvimento, a ausência avaliação por parte dos beneficiários as agências multilaterais e bilaterais sobre os impactos e resultados das práticas de cooperação.

A Cooperação Sul-Sul, segundo Santos (2017) foi forjada pelas nações em desenvolvimentos, como forma de expressão que ecoava dos povos do Sul e como autonomia e independência econômica do Sul.

Com tudo apesar das críticas feitas ao longo da história da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, duas verdades ou mitos, ainda persistem, a primeira é a ideia de que o desenvolvimento é um caminho que deve ser seguindo com base nas experiências dos países desenvolvidos, e a segunda consiste em que as aplicações dos conhecimentos podem ser transferidas e aplicadas universalmente (MILANI, 2012). Esses princípios trazem o discurso de que, o avanço tecnológico poderia trazer o progresso para todos.

A partir disso muitos estudiosos procuraram construir novos conceitos e princípios para desconstruir essas ideologias, se baseando no modelo cartesiano e newtoniano. Essas críticas e interpretações foram construídas por pesquisadores e intelectuais dos países em desenvolvimento, e tem como bases as promessas não cumpridas das histórias da CNS. Para os pesquisadores o desenvolvimento e subdesenvolvimento, são duas faces do mesmo processo global e histórico de desenvolvimento do capitalismo (MILANI, 2012).

Com a emergência de novos Estados e as mudanças na ordem internacional, foi colocado um olhar cuidadoso e analítico sobre a realidade da cooperação, e daí surge às questões que não querem calar: O que mudaria com a Cooperação Sul-Sul nas relações econômicas, políticas e culturais entre Estados e sociedades em desenvolvimento? Quais seriam as tendências atuais dessa Agenda Sul-Sul de cooperação para o desenvolvimento?

Diferente da Cooperação Norte-Sul que era centralizada na visão dos países desenvolvidos, a Cooperação Sul-Sul como afirmam Buss & Ferreira (2010) nas áreas sociais tem recebido bastante atenção dos países do hemisfério sul, pois ela trabalha para o benefício das nações mais pobres na cooperação entre semelhantes.

Milani (2012) relata que a Cooperação Sul-Sul foi sustentada pelo argumento político de que os países subdesenvolvidos devem cooperar em conjunto, a fim de partilhar identidades interdependência e esforços comuns.

Para resistir ao modelo de Cooperação Norte-Sul, a Cooperação Sul-Sul, passou apresentar-se como um processo de cooperação entre os países periféricos e

semiperiféricos, e teve como premissas a valorização, o reconhecimento e o respeito à pluralidade dos saberes que rodeiam as relações internacionais (CARRION & ULLRICH, 2013).

Dessa forma o sentido ao termo desenvolvimento teve ser o resultado das construções do passado histórico dos países envolvidos. Com isso rompe-se o padrão eurocêntrico em que estava baseada a Cooperação Norte-Sul, que impunham sua ideologia de desenvolvimento e ciência aos países do Sul.

O Desenvolvimento

A palavra desenvolvimento contém um sentido positivo, que é apresentado como sinônimo de “progresso”, “evolução”, assim entende-se por desenvolvimento a ruptura dos antigos costumes ou padrões, com objetivo de alcançar uma mudança de padrão de vida ou tudo que é considerado o bem-estar para a sociedade.

O discurso político e socioeconômico que tem sido divulgado sobre o desenvolvimento, é uma ferramenta de extrema importância. Tanto as políticas públicas como as iniciativas privadas, estão em torno desse objetivo que o desenvolvimento deve alcançar, e que supostamente vai beneficiar todas as sociedades.

O crescimento do conceito do desenvolvimento está em paralelo com as necessidades e superação das crises nas últimas décadas. Pretende-se assim trazer um debate sobre o conceito desenvolvimento.

Para Lerbach (2012) o discurso do desenvolvimento é fundamentado por estratégias de dominação social e cultural, marcando assim a configuração dos projetos nacionais e o relacionamento entre os países desde o Pós-Segunda Guerra (LERBACH, apud ESCOBAR, 2012). Este discurso resultou nos pensamentos em que os países subdesenvolvidos foram produzidos.

Gómez (2002) vai definir o desenvolvimento como uma condição social (educação, moradia, serviços de saúde, alimentação, respeito à cultura e tradições); econômico (oportunidades de emprego, satisfação com as necessidades básicas e boa distribuição das riquezas) e política, respeitando as leis e prover as populações dos seus benefícios.

Contudo existe essa e várias outras definições sobre o conceito de desenvolvimento, pois o seu entendimento varia de sociedade para sociedade. Ou seja, o que caracteriza o desenvolvimento nos Estados Unidos não é o mesmo que em Angola.

Assim como mostra também Veiga “O desenvolvimento depende da maneira como os recursos gerados pelo crescimento econômicos são utilizados” (VEIGA, 2006).

Tanto Veiga (2006) como Gómez (2002), entende que o desenvolvimento é fruto de um leque de indicadores, esses indicadores vão fornecer medidas que permitem avaliar detalhadamente as bases principais de uma sociedade, mas que também as decisões políticas tenham grande poder nesses indicadores.

Diferente dos outros autores Leme (2015) concentra suas análises do desenvolvimento ao padrão de capitalismo e reconstrução das sociedades europeias após a Primeira e Segunda Guerra Mundial. Ou seja, dessa forma o desenvolvimento como reflexão do capitalismo, passou pela questão da industrialização.

Continuando a sua fala, o mesmo tendo como base Sen (2000), salienta que o desenvolvimento está atrelado a liberdade do ser humano, sendo assim sua análise tanto no mercado como no Estado e instituições sociais, estão ligados ao mesmo esforço de analítico (SAN, 2000 apud LEME, 2015).

Foi nas preocupações dos economistas clássicos que o desenvolvimento teve uma certa importância como forma de crescimento e reprodução, o auge das metrópoles industriais até o início do século XX, porém o desenvolvimento foi ficando em segundo lugar, não se considerava necessários criar programas para promover o desenvolvimento.

Desde o século XX, o conceito desenvolvimento vem rondando o mundo, e desde então os governos, Estados e Nações são influenciadas pelo desenvolvimento. Alberto procurou trazer o outro lado dessa moeda, o desencanto ou consequências da chegada do desenvolvimento, como o autor fala ocorreu em 20 de janeiro de 1949 no discurso que institucionalizou o desenvolvimento:

“Devemos embarcar em um novo programa que disponibilize os benefícios de nossos avanços científicos e nosso progresso industrial para a melhoria e o crescimento das regiões subdesenvolvidas. Mais da metade da população mundial está vivendo em condições que se aproximam da miséria. Sua alimentação é inadequada. Elas são vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estancada. Sua pobreza é um lastro e uma ameaça tanto para eles mesmos quanto para as regiões mais prósperas. Pela primeira vez na história, a humanidade possui conhecimentos e habilidades para aliviar o sofrimento dessas pessoas” (ACOSTA, 2015, p.24).

Foi com este discurso que o ex-presidente dos Estados Unidos Harry Truman, inaugurou o seu segundo mandato, hierarquizando as nações como “subdesenvolvidas”.

Estabelecendo assim padrões de vidas para aquelas nações que não se encaixavam ao dos Estados Unidos (ACOSTA, 2015) posicionando-as em uma corrida para alcançar os países que estavam no topo da escala social, ou seja, percorrer o caminho para o desenvolvimento.

O desenvolvimento ganhou grande proporção e passou a ser obrigatório para todas as sociedades. Assim, diante das ameaças nuclear no começo da Guerra Fria o desenvolvimento foi consolidado, o termo ganhou uma estrutura de dominação que foi dividido em conceitos diferentes; “desenvolvimento-subdesenvolvimento, pobre-rico, avançado-atrasado, civilizado-selvagem, centro-periferia” (ACOSTA, 2015, p. 25). Dessa forma o mundo se organizou para alcançar o então desenvolvimento, foram criados programas, projetos, metodologias e manuais de desenvolvimento.

O debate sobre o desenvolvimento, ou sobre as estratégias para alcançá-lo, passa pela questão econômica, tendo em vista os fatores autógeno e exógeno, passando assim nos limites de integração do mundo globalizado com o país, afirma Leme (2015).

A partir disso foi se construindo e aperfeiçoando um modelo desenvolvimentista internacional, o antropólogo Colombiano Arturo Escobar e o pensador Austríaco Ivan Illich analisaram este processo em três fases, em que uma vai sucedendo a outra na medida em que esses programas de desenvolvimentos vão fracassando (GÓMEZ, 2002 apud ESCOBAR; ILLICH, 2000).

Gómez (2002) salienta que a primeira fase do processo de análise do desenvolvimento começou nos anos 50 terminando em 1962 com a operacionalização da pobreza, e a escolha do PNB (Produto Nacional Bruto) como indicador de riqueza ou pobreza. Essa primeira fase não teve muito sucesso, pois a ideia pedir o progresso de uma nação pelo PNB, não é viável, dessa forma colocou-se em andamento a segunda fase em 1960 com o fracasso da primeira etapa. Nesta época o presidente do banco mundial reconheceu que essa medida contribuía para agravar as desigualdades de renda. Porque analisando o desenvolvimento por intermédio do PNB, teve como consequência o aumento das riquezas para aqueles que já possuíam riquezas, e os pobres continuavam pobres, porque sofriam a exploração. Com isso surge a terceira fase, ficou declarado que o crescimento econômico não traz automaticamente o desenvolvimento, as populações desses países subdesenvolvidos passaram a servir como variáveis endógenas para atingir o desenvolvimento.

Ou seja, o crescimento econômico não era um verdadeiro sinônimo de desenvolvimento, para isso era preciso melhorar qualitativa e quantitativamente as condições de vida das populações desses países pobres.

Foi em meio a tudo que girava em torno do desenvolvimento, que nasceu o termo Terceiro Mundo. Assim os elitizados passaram a usar os países que foram classificados como do Terceiro Mundo, para atingir os seus objetivos na geopolítica internacional, as sociedades a nível mundial foram organizadas para se adaptar ao “desenvolvimento” que se transformou em algo inegociável.

E por consequência, os países pobres em uma ação de submissão têm aceitado estas coisas, em troca de ser chamados de desenvolvidos, ou seja, se submeter para a atos desumanos, aplicando políticas e indicadores para sair do subdesenvolvimento. Desde a época que o desenvolvimento se institucionalizou, todos os países que foram listados abaixo desse desenvolvimento, vêm seguindo o caminho para alcançá-lo, porém poucos conseguiram.

Com isso os países desenvolvidos assumiram a responsabilidade de levar a tecnologia e modernidade para os países subdesenvolvidos, dessa forma o modelo de sociedade ocidental passou a ser introduzido como o mais evoluído e mais viável, reproduzindo em outros países. Sendo assim, o projeto de desenvolver os países subdesenvolvidos teve como pano de fundo os jogos de interesses internacionais dos países desenvolvidos.

As nações pobres serviam esses interesses da seguinte maneira: fornecendo matéria prima e gêneros alimentícios, servindo como fronteiras inexploradas para a expansão capitalista, e como territórios a serem conquistados na luta geopolítica entre União Soviética e Estados Unidos (LERBACH, 2012). Como consequência dois mundos perseguiram a urbanização e a industrialização, porém em vez da superação da pobreza, o que aconteceu foi o aumento da desigualdade, e sem falar em outros problemas sociais.

Quando as sociedades entenderam os reais problemas da forçada busca pelo desenvolvimento, colocaram atributos para diferencia-lo do termo que incomodava, porém seguiu-se a mesma linha daquilo que estava sendo evitado:

“Desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento local, desenvolvimento global, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável ou sustentado, ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento, desenvolvimento humano, desenvolvimento endógeno,

desenvolvimento com igualdade de gênero, codesenvolvimento, desenvolvimento transformador... desenvolvimento, no final das contas” (ACOSTA, 2015, p. 26).

Como foi dito antes, a questão não é o percurso que as nações estão percorrendo, o problema se assenta no conceito, no que vamos entender como desenvolvimento, esse desenvolvimento que foi proposto pelas potências não foi baseado na realidade dos outros povos, ou seja, essa negação das lutas e sonhos dos países subdesenvolvidos é resultado da ação direta ou indireta dos países desenvolvidos, que elaboraram um conceito de bem-estar segundo os seus padrões de vida, violando a realidade dos países subdesenvolvidos.

Esse padrão de vida está colocando em risco o equilíbrio ecológico diz o autor, vem marginalizando a humanidade piorando os seus problemas, o mundo está vivendo um “mau desenvolvimento” generalizado, incluindo as nações desenvolvidas (ACOSTA, 2015, p.27).

Diante das crises que o mundo está vivendo, é bem evidente as consequências que o desenvolvimento trouxe, tudo foi colocado em xeque para se parecer com os países desenvolvidos, sem medir os estragos. Até as nossas raízes históricas e culturais foram negadas para imitar as nações que estão na frente, negando assim a possibilidade de uma modernização própria.

Crítica ao desenvolvimento elitista

Certamente qualquer uma nação necessita ser transformada, passar por um processo de melhorias, igual a uma planta ou um ser humano. Todos precisam se desenvolver, então não existe alguém que é contra o desenvolvimento. Foi exposto neste artigo ideias de alguns autores que trabalharam com este conceito, mostrando suas ideologias. Todavia precisamos entender o que é o desenvolvimento, para poder tirar benefícios dele.

A ROCADe (Rede de Objeção ao Crescimento para o Pós-Desenvolvimento) vai dar continuidade a crítica de Escobar dizendo que, esse desenvolvimento foi a continuação do colonialismo por outras vertentes, a mundialização substituiu o desenvolvimento em outros meios (VEIGA, 2006).

Se existe um desenvolvimento? Sim, claro que existe, porém ele está sendo usado como um mecanismo que transforma a relação do homem e a natureza em mercadoria, uma agressão aos povos que estão sendo submetidos a esse “desenvolvimento”, assim

como a colonização e a mundialização, o desenvolvimento é uma obra simultaneamente militar, econômica de dominação e conquista.

Os problemas ambientais e sócias da atualidade: pobreza, exclusão, superpopulação, etc. Este é que tem sido o real desenvolvimento que predomina há três séculos. Para Veiga a ideia do desenvolvimento em si é vazia e sem sentido são precisamente esses valores que devemos contrariar para encontrarmos soluções aos problemas da contemporaneidade (VEIGA, 2006).

O desenvolvimento foi lançado como um apelo para as nações pobres, durante essa época as políticas foram formuladas sobre a luz do desenvolvimento, porém esse projeto desencadeou uma série de problemas e desmoronou.

“O conceito de desenvolvimento é como uma ruína na paisagem intelectual. Ilusões e reveses, fracassos e crimes foram assíduos companheiros e todos eles relatam uma mesma estória: o desenvolvimento não deu certo (...) ficou defasado (...) tornou-se obsoleto” (VEIGA, 2006, p. 17 apud SACHS, W. 2000, p. 11).

Essa perseguição resultou na destruição das formas tradicionais em que as sociedades vivem tudo pelo modelo de modernidade e desenvolvimento. Essa desordem se aliou a outros fatores, que além da dependência dos países pobres aos países da elite, geraram outros problemas sociais, como exemplo, houve o aumento da produção de alimentos sim, mas esses alimentos não foram produzidos para combater à miséria, mas para gerar lucros.

Ou seja, longe de ser neutro, o discurso desenvolvimentista serve a objetivos específicos, reproduzindo o capitalismo e o ideal da cultura ocidental. É necessário que se construa um modelo que não seja homogêneo, e não classifica os países em uma única medida de desenvolvimento, mas reconhece a existência de modelos sociais diversos, precisamos mudar os imaginários e os discursos reproduzidos.

No tocante a sociedade africana, o desenvolvimento alcançou um sucesso limitado como relata Martin (2006), sem o apoio de entidades externas, os projetos de desenvolvimento no continente africano, encontraram dificuldades em manter-se em pé, uma vez que os atores locais não eram os agentes do seu próprio desenvolvimento.

Estudos recentes mostram porque alguns países obtiveram o sucesso político e economicamente e outros não, existe uma série de razões internas que podem contribuir para tal acontecimento, como a falta de preparação por parte dos beneficiários, infraestrutura, o governo e outros (MARTIN, 2006).

Na verdade, não se trata só da falta de capacidade, mas também de uma análise correta por parte dos doadores aos países beneficiários. Pegando os países africanos como exemplo, não podemos simplesmente concluir que, o desenvolvimento proposto nessas sociedades não alcançou sucesso por motivos internos, quando os motivos externos também contribuíram e contribuem para esse fracasso.

Podemos analisar o desenvolvimento nessas sociedades com o crescimento de uma criança. Em seu primeiro estágio de crescimento, o pai procura ensinar as coisas necessárias ao filho, e prossegue o mesmo ato em cada etapa na medida em que a criança vai crescendo, até que o filho não dependa mais do pai para caminhar.

O mesmo acontece com os Estados e nações com relação ao desenvolvimento, no caso dos países africanos, primeiramente se trata de um desenvolvimento dependente, o modelo que é repassado nessas sociedades faz com que os seus líderes sejam sempre dependentes dos doadores, sendo assim, existem não só fatores internos, mas também externos que contribuem para um desenvolvimento limitado em África.

Os países da CPLP na África não estão preparados para receber o modelo de desenvolvimento que lhes é implementado, mas sim, um modelo que se encaixa na realidade das suas sociedades, de maneira que não seja a população a ser moldada para o desenvolvimento, mas, o desenvolvimento moldar a sociedade.

Primeiramente não existe um modelo certo de desenvolvimento, mas sim, o modelo adequado para cada sociedade. No que concerne as sociedades africanas em particular os PALOP, o modelo adequado seria aquele que atente para o seu passado de conflito e compreenda que certas mudanças podem prejudiciais para elas.

O que acontece é que os países elitizados, não estão preocupados com as consequências dessas mudanças bruscas nessas sociedades como afirma Branco “uma África que serve tanto para impor modelos ignorantes e irresponsáveis de “estabilização”, “democratização”, “globalização”, e “desenvolvimento” proveniente do exterior (BRANCO, 2007, p. 1).

Toda essa façanha que chamam de “ajuda” para os países que enfrentam conflito no continente africano, na verdade é um discurso enganador, lembrando que os cérebros que lideram hoje a chamada ajuda externa, são os mesmos que deram origem aos conflitos que vivenciamos até os dias atuais.

Precisamos acordar e traçar o nosso próprio caminho antes que a situação se torna pior do que está agora. Branco, levanta a seguinte questão diante do modelo de desenvolvimento que é levado aos países africanos “porque economias africanas

produtoras de recursos minerais que criam fortunas para empresas multinacionais e classes capitalistas domesticas são simultaneamente dependentes da ajuda externa”?(BRANCO, 2007 p. 7)

Talvez não seja possível dar uma resposta justa e precisa a esta questão, mas tomaremos o exemplo de Angola para explicar essa dependência. O que acontece na nação Angolana possivelmente também acontece os outros países dos PALOP, a economia de Angola é totalmente dependente da produção do petróleo, que quando extraído é vendido para outros países que possuem as refinarias capazes de alterar o petróleo do seu modo natural, e de seguida ele volta para Angola já com um preço absurdo, deixando assim sua economia dependente da ajuda externa, por falta de não possuírem ferramentas que possibilitam a refinaria do produto original.

Essa dependência não só de angola, mas de outras nações, tem feito com que o desenvolvimento se tona também dependente. Em parte essa dependência não é só culpa dos líderes africanos, mas também, como já foi dito no começo os países elitizados usam de mecanismo e estratégias para que na medida em que oferecem essa “ajuda” ela acaba condicionando mais esses Estados a eles.

Então porque esse modelo de desenvolvimento não se encaixa nas sociedades dos PALOP? A respostas é simples, porque esses projetos de desenvolvimento visam a beneficiam e dar mais hegemonia aos países da elite, na medida em que vão afundando mais os países africanos.

O modelo de desenvolvimento adequado para essas nações seria aquele que visa atender para questões internas dessas sociedades antes de qualquer implementação que venha de fora, exemplo: entender que são nações que carregam um passado histórico de muitos conflitos, qualquer mudança que não fosse bem calculada causaria um outro conflito, e quem ganha com esses conflitos? Exatamente, os “desenvolvidos”.

O modelo deve também analisar que esses países ainda lutam com problemas básicos como: a educação pública de qualidade, saúde de qualidade para todos, a pobreza, segurança pública, saneamento básico e entre outros. Só depois de vencermos 60% dessas dificuldades, poderemos pular para outras etapas.

O modelo adequado seria um modelo que não visa pelos interesses da elite, mas sim na necessidade da sociedade pela qual está sendo implementada, seria um modelo dirigido pelos próprios africanos sem total dependência do exterior, um modelo de desenvolvimento descentralizado que não seja eurocêntrico.

Acredito que não seja uma utopia este tipo de desenvolvimento, porque existe o desejo das vozes que soam da África em escrever seu próprio desenvolvimento. A África quer escrever sua própria história, quer sua total independência, mas existem forças e poderes além do nosso controle que pelejam contra essa vontade e procuram de todas as formas nos manter no mesmo lugar.

Percebe-se assim que essa ajuda internacional deveria ser considerada como um atraso, um obstáculo que dificulta o desenvolvimento dos países e a organização dos mercados. Ou seja, essa ajuda internacional tem contribuído para o tardio desenvolvimento das nações, deixando os pobres mais pobres, legitimando cada vez mais as elites governamentais dos países receptores dessa ajuda, e retardando o seu crescimento econômico.

Considerações Finais

O presente trabalho procurou trazer um debate crítico sobre o discurso de desenvolvimento levado aos países africano de língua oficial portuguesa. Buscou-se entender porque as sociedades africanas receptoras de ajuda externa para o desenvolvimento não tem evoluído. O problema não está em falta de projetos, mas sim, os tipos de projetos que são levados para esses países, definitivamente não tem ajudado em nada.

Quando as sociedades foram separadas por desenvolvidas e subdesenvolvidas, automaticamente deu-se a largada para uma maratona sem linha de chegada para os países que foram alistados nessa corrida.

Para alcançar o desenvolvimento as nações pobres aceitaram tudo, tudo valia apenas na corrida ao desenvolvimento, e com isso o pobre passou a pagar para ser igual ao rico, marginalizando dessa forma o seu conhecimento e sabedoria. O caminho que essas nações percorrem desde 1949 é complexo, e os resultados alcançados até agora não são satisfatório.

Quando se tornou evidente a falta de utilidade que era correr atrás do desenvolvimento, surge a necessidade de organizar as sociedades para uma vida fora do desenvolvimento, combater as ideias de padrões de vida no conceitos que foi imposto anos atrás, superando isso, estaríamos também combatendo outros conceitos que surgiram com o desenvolvimento como o capitalismo. Todas as tentativas para segurar o desenvolvimento não surtiram os resultados esperados. O desenvolvimento enquanto

processo para melhorar o atraso, teve também como consequência a abertura das reformas do mercado neoliberal.

E por consequência, os países pobres em uma ação de submissão tem aceitado estas coisas, em troca de ser chamados de desenvolvidos, ou seja, se submeter para a atos desumanos, aplicando políticas e indicadores para sair do subdesenvolvimento. Desde a época que o desenvolvimento se institucionalizou, todos os países que foram listados abaixo desse desenvolvimento, vêm seguindo o caminho para alcança-lo, porém poucos conseguiram, e diante disso levantamos uma questão diante da explanação de Acosta (2015) no texto: devemos considerar que isso que esses países alcançaram é realmente o desenvolvimento? Afinal o que seria o desenvolvimento?

Com tudo se conclui que o discurso de que a ajuda internacional serviria para diminuir a pobreza, não passaria de uma mentira, o que acontece na verdade é uma relação entre a causa e o efeito por um lado a ajuda internacional e por outro as mazelas do desenvolvimento africano.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos** /tradução de Tadeu Breda. – São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2015. 264 p.

MILANI, Carlos R. S. **Aprendendo com a História: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul**. Caderno CRH, v. 25, n. 65, p. 211-231, Ago, 2012.

SOUZA, André de Mello. *et al.* **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. – Brasília: Ipea, 2014. 277 p.

O Conceito de Desenvolvimento: origens, perspectivas e debates. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16658/16658_4.PDF. Acessado em: 19/09/2018

SANTOS, Marcos O. Gomes. **Reflexões breves em torno do conceito de desenvolvimento**. Disponível em: home.uevora.pt/~mosantos/download/Desenvolvimento_ReflexoesBreves_13Jul13.pdf. Acessado em:19/09

MARTIN, Paulo J. **Releitura do Desenvolvimento e dos Direitos: Lições Da África. 2006. Disponível em:** www.scielo.br/pdf/sur/v3n4/05.pd. Acessado em 24/09/2018

BUSS, Paulo M; FERREIRA, José R. **Diplomacia da saúde e cooperação Sul-Sul:** as experiências da Unasul saúde e do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/712>. Acessado em: 02/10/2018

ULLRICH, Danielle Regina; CARRION, Rosinha Machado. **Em análise a Cooperação “Sul-Sul”:** Ruptura Ideológica ou reprodução? Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2013v12n25p65>. acessado em: 31/01/2019

VEIGA, José Eli. **Neodesenvolvimentismo:** Quinze anos de Geração. Disponível em: www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=5558.2006. Acessado em: 10/07/2018

LERBACH, Brena Costa. **(Re)pensando o desenvolvimento:** um olhar crítico sobre a construção do “desenvolvimento” enquanto princípio orientador das práticas políticas e sociais. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/seminario2012/.../IISeminarioPesquisa_BrenaLerbach.pdf. Acessado em: 28/08/2018

GÓMEZ, Jorge Montenegro. **CRÍTICA AO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO.** Disponível em: revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/798.2002. Acessado em: 04/07/2018

LEME, Alessandro André. **Desenvolvimento e Sociologia:** uma aproximação necessária. Disponível em: www.scielo.br/pdf/se/v30n2/0102-6992-se-30-02-00495.2015.pdf. Acessado em: 16/07/2018

BRANCO, Carlos Nuno Castel. **Alternativas Africanas ao Desenvolvimento e ao Impacto da Globalização,** Notas Críticas Soltas. Disponível em: [HYPERLINK "http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/todo/Alternativas%20africanas_CEA_UEM.pdf"](http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/todo/Alternativas%20africanas_CEA_UEM.pdf). Acessado em: 27/02/2019

" www.iese.ac.mz/lib/cncb/todo/Alternativas%20africanas_CEA_UEM.pdf. Acessado em: 27/02/2019

SANTOS, Maria do Carmo. **A Cooperação Sul-Sul (CSS) para a reorientação dos imaginários e práticas do desenvolvimento:** os caminhos da cooperação entre Guiné Bissau e Brasil. Disponível em: [HYPERLINK "http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24490/1/2017_MariadoCarmoReboucasdaCruzFerreiradosSantos.pdf"](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24490/1/2017_MariadoCarmoReboucasdaCruzFerreiradosSantos.pdf) repositorio.unb.br/.../1/2017_MariadoCarmoReboucasdaCruzFerreiradosSantos.pdf. acessado em: 27/02/2019

Artigos visitados

BRANCO, Roberto Castello. **Os BRICS: Oportunidades e Desafios**. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/.../Os_Brics_Oportunidades_e_Desafios.pdf. Acessado em 11/01/2019

SCHUTTE, Giorgio Romano. **Trajetória do G20 e a Regulação do Poder Mundial**. Disponível em: www.revista.ufal.br/.../TRAJETÓRIA%20DO%20G20%20E%20A%20REGULAÇÃO. Acessado em: 11/01/2019

TORRONTGUY, Marco A Antas. **O papel da cooperação internacional para a efetivação de direitos humanos: o Brasil, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e o direito a saúde**. Disponível em: basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/.../pdf_0d99d5e507_0000018305.pdf. acessado em: 02/10/2018

RENZIO, Paulo. *et al.* **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: Como Responder aos Desafios Correntes**. Disponível em: bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/5992/doc/1619030609.pdf. Acessado em: 02/10/2018

LATOUCHE, Serge. **A África pode contribuir para resolver a crise do Ocidente?** Disponível em: www.redalyc.org/.../A+ÁFRICA+PODE+CONTRIBUIR+PARA+RESOLVER+A+CRIS. Acessado em: 24/09/2018